



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

**RESUMO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE HABITAÇÃO
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2025 (SEGUNDA-FEIRA) ÀS 15H00**

Participantes Governo: Patrícia Goreti, (SMDHC), Maria Isabel Capinan (SGM), Thais Silva Santos (SMADS), Wagner dos Santos Pereira (SMS)

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu, Adriana Ribeiro, André Aio.

Participantes Organização Social: Darcy Costa (CISARTE), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade)

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC), Rosana, Cleidson Alves de Souza.

Às 15h02min do dia 20 de outubro de 2025, de forma online, na plataforma Teams, ocorreu a reunião do Subcomitê de Habitação. Os participantes presentes aguardavam a entrada de representantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e da Secretaria de Habitação (SEHAB).

Às 15h55min, Patricia Goreti, suplente do Comitê PopRua, entrou na reunião e informou que houve um problema técnico com os links de acesso, o que causou o atraso. Ela pediu desculpas a todos pela demora e iniciou sua fala relatando que a representante da SEHAB estava enfrentando problemas de conexão com a internet, mas que, mesmo com a interferência, conseguiu compreender as demandas que seriam apresentadas durante a reunião.

Patricia Goreti então informou que a pauta da reunião trataria de um programa da SEHAB, cujo objetivo seria atender as questões abordadas pelos participantes, focando principalmente nas demandas relacionadas à habitação.

Foram levantados questionamentos sobre as devolutivas solicitadas nos subcomitês de habitação dos meses de março e julho. Patrícia Goreti Gounella sugeriu reagendar a reunião, se necessário.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Alderon Costa expressou indignação pela falta de presença de representantes da Secretaria, destacando o desrespeito pela espera de quase uma hora e a urgência das questões pendentes.

Adriana Ribeiro ressaltou que os conselheiros aceitaram participar do comitê na esperança de que ele funcionasse efetivamente, uma vez que, no passado, havia dificuldades na área de habitação. Ela relatou que, em uma reunião com a secretária Eliana Gomes, foi acordado um prazo de 60 dias para que as devolutivas fossem apresentadas, mas até o momento não houve uma solução. Adriana também compartilhou sua experiência pessoal, relatando que foi contemplada com o auxílio aluguel, mas o proprietário do imóvel desistiu de alugar, e a situação permanece sem resolução. Ela destacou que muitas famílias nas vilas, incluindo a Vila Reencontro, têm condições de pagar suas parcelas de habitação, mas não têm a devida orientação ou apoio da Secretaria. Ela reforçou a importância de uma nova reunião com a secretária Eliana Gomes, conforme prometido para outubro, para que a devolutiva da SEAB, Cohab e outros envolvidos seja apresentada.

Adriana Ribeiro questionou se a destituição dos conselheiros seria feita pela coordenação ou se aqueles que não desejassem continuar deveriam se manifestar. Patrícia Goreti explicou que a destituição pode ser voluntária ou obrigatória, dependendo da frequência de faltas e do comprometimento com as pautas ao longo do ano.

Adriana Ribeiro ressaltou que, embora tivesse faltado algumas reuniões por motivos de saúde, com atestados médicos comprovando suas ausências, ela ainda acredita na importância do comitê e não deseja desistir. Ela afirmou que, mesmo com a proximidade das próximas eleições, acredita que há tempo para fazer mais. Patrícia Goreti concordou, enfatizando a necessidade de preparar a nova gestão para dar sequência ao trabalho.

No final, Adriana Ribeiro agradeceu a Patrícia Goreti Gounella pela explicação.

Gisele Abreu então levantou a questão de uma reunião marcada para o dia 30, mencionando que não havia recebido um e-mail sobre a reunião, apenas o e-mail referente à reunião atual (de habitação). Ela sugeriu que, caso tivesse recebido, teria compartilhado a informação.

Gisele Abreu descreveu uma situação extremamente difícil enfrentada pelas pessoas em situação de rua, especialmente aquelas com crianças, idosos e pessoas com deficiência. Ela



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

mencionou um idoso que havia acabado de cair e estava com o pé machucado, e que, apesar disso, não havia nem mesmo uma van disponível para levá-lo ao acolhimento, já que ele não conseguia andar devido à lesão. Ela também relatou o caso de uma mãe que estava sangrando enquanto cuidava de seu filho, que estava mal, e as crianças que estavam desde as 6h da manhã sem atendimento adequado. Gisele ressaltou que, apesar de haver vagas disponíveis em diversos locais, como na Vila, no Centro e em outros pontos, as famílias em situação de rua estavam implorando por uma vaga que não chegava. Ela relatou que havia vagas nos centros de acolhimento, mas que, até aquele momento, ninguém estava sendo encaminhado. A situação era agravada pelo frio intenso e pela falta de recursos, como fraldas e roupas adequadas para as crianças. Ela enfatizou que, se não houvesse vagas, ela até poderia compreender a situação, mas o problema era que as vagas estavam disponíveis e não estavam sendo utilizadas para acolher as famílias. Gisele criticou a gestão das vagas, afirmando que a Central de Vagas da CEPAS estava sendo ineficiente e não estava cumprindo seu papel. Ela mencionou que a CEPAS recebia repasses milionários, mas que isso não se refletia na melhoria dos serviços de acolhimento. Para ela, a central estava tratando as pessoas como "zumbis", sem qualquer respeito pelos seus direitos. Em seu apelo, Gisele pediu que a Secretaria de Assistência Social tomasse providências imediatas para encaminhar uma van e garantir o acolhimento adequado das pessoas em situação de rua, principalmente aquelas com crianças e idosos. Ela denunciou que, enquanto os funcionários da Secretaria estavam confortavelmente em seus escritórios, as famílias enfrentavam condições desumanas, sendo tratadas com descaso e sendo forçadas a permanecer nas ruas. Ela finalizou seu relato pedindo um "chacoalhão" nas autoridades responsáveis para que tomassem atitudes concretas e garantissem os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Para Gisele, a situação era inadmissível, especialmente em uma cidade que se considera uma das mais ricas da América Latina.

Thais Silva dos Santos explicou que, em relação às vagas da CEPAS, a central de vagas foi abordada em reuniões anteriores. A CEPAS, segundo Thais, participou de uma reunião há três encontros, onde esclareceu o funcionamento da central e a regulação das vagas. Ela sugeriu que, caso ainda houvesse dúvidas sobre o processo, seria importante convidar novamente a CEPAS para que pudesse esclarecer diretamente como realiza a gestão das vagas. Thais também disponibilizou o e-mail da CEPAS, mencionando que eles estão sempre dispostos a colaborar, além de compartilhar a Portaria 115, que regulamenta a gestão dessas vagas. Thais fez questão de destacar que a CEPAS não gerencia as vagas de todos os



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

centros de acolhida. Ela informou que a CEPAS administra cerca de 15 serviços no que chamam de "projeto piloto". Em alguns casos, como no Centro Pop, quando se solicita uma vaga, é o próprio Centro Pop que gerencia essa vaga, e não a CEPAS. Thais sugeriu que fosse agendada uma nova reunião com a participação da CEPAS para esclarecer pontos que talvez não tenham ficado claros na reunião anterior. Ela também deixou o e-mail da CEPAS e a portaria para que todos pudessem revisar as informações e entender melhor o funcionamento da gestão das vagas. Por fim, Thais agradeceu a todos pela atenção.

Gisele ainda destacou que estão enfrentando uma situação urgente! Mães com crianças estão na rua, e a situação está cada vez mais insustentável. As vagas oferecidas não são fixas, apenas temporárias. Hoje mesmo, uma criança estava em situação de risco, e as vagas continuam limitadas, forçando as pessoas a voltarem para a rua todos os dias. O sistema de assistência precisa mudar. Informa que estão lutando por uma solução definitiva para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade. As crianças não têm escola, e as condições são desumanas. A falta de providências não pode continuar!

Gisele destaca ainda que:

"Há um claro descompasso na gestão das vagas. Se há vagas disponíveis, elas precisam ser alocadas de forma urgente. A coordenação do Centro POP não pode lidar com isso sozinha. O município precisa tomar medidas mais eficazes e rápidas. As condições de moradia temporária são inaceitáveis."

Patricia Goreti informa que entende as colocações, e o trâmite do atendimento está sendo seguido. No entanto, se tem que revisar a forma como as vagas estão sendo distribuídas e como podemos melhorar o fluxo de atendimento. Precisam trabalhar juntos para ajustar os processos, mas é necessário um entendimento das limitações e possibilidades. O fluxo de atendimento precisa ser mais claro e eficiente, e isso deve ser debatido. Precisam de uma solução mais ágil para garantir a dignidade das pessoas que estão em situação de rua.

Gisele Abreu ainda destaca que o que está sendo feito não é suficiente. A população em situação de rua está sendo tratada de forma desumana. A solução deve ser encontrada o mais rápido possível, e não se deve continuar apenas com promessas. Já se tem conhecimento da situação e das falhas no processo. A falta de ações concretas está prejudicando as pessoas que mais precisam. Ainda destaca que se não houver melhorias, será impossível continuar com a gestão atual. Não pode continuar assim. As famílias



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

precisam de uma solução permanente e as autoridades devem assumir suas responsabilidades. Isso não é só uma questão de gestão, é uma questão de direitos humanos.

Patrícia enfatizou que a questão das vagas da SMADS é uma prioridade urgente, dado que é um tema do cotidiano. Ela destacou a importância da habitação como ponto central da agenda.

André Aio concordou com a prioridade do tema, mas sugeriu que as reuniões fossem realizadas de forma presencial e abertas também para a população em situação de rua, para que pudessem compreender as demandas e as explicações da SEHAB sobre a moradia definitiva, que considera uma condição essencial para que a população de rua possa sair da situação de vulnerabilidade. Ele mencionou que, em uma reunião anterior, tentou trazer uma amiga que havia sofrido violação de direitos, mas não foi permitido.

Patrícia Goreti respondeu que, no início da reunião, já havia mencionado que os conselheiros têm liberdade para comunicar aos interessados, incluindo a população em situação de rua, sobre os assuntos discutidos no subcomitê. Ela reafirmou que as reuniões do subcomitê são sempre abertas.

André Aio insistiu que, em uma reunião anterior, não foi permitido que ele trouxesse sua amiga para fazer a denúncia pessoalmente, alegando que a informação sobre a abertura das reuniões não foi correta.

Patrícia Goreti explicou que, embora as reuniões sejam abertas, a situação da denúncia específica poderia ser tratada em outros canais, como as ouvidorias, que estão disponíveis para esse fim. Ela afirmou que a denúncia deveria ser feita diretamente pela pessoa afetada, e que não era o papel do comitê ouvir a denúncia diretamente nesse formato.

André Aio argumentou que o formato da denúncia não resolve a situação e que, como membro do comitê, ele tinha a responsabilidade de ouvir a vítima.

Patrícia Goreti finalizou a conversa dizendo que estava colocando a questão da denúncia de forma delicada e que a reunião precisava ser concluída. Ela agradeceu pela presença e mencionou que voltariam a discutir o tema da habitação em breve.

Encaminhamentos:



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

	Qual demanda.	Solicitante	Órgão responsável.
1	Chamar responsável para devidos esclarecimentos das vagas	Thais Silva	CPAS
2	Verificar possibilidade de todas as reuniões serem presenciais	André Aio - conselheiro	COMITÊ
3	Remarcar reunião para uma futura conversa sobre vagas e apresentação de material de quais programas a SEHAB tem.	Anderon Costa	Comitê